



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RAQUEL DA COSTA

**O ENSINO DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA DE RESGATE DA
HISTÓRIA "DOS DE BAIXO"**

**Veranópolis
2017**

RAQUEL DA COSTA

**O ENSINO DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA DE RESGATE DA
HISTÓRIA "DOS DE BAIXO"**

Trabalho de conclusão de curso de
Graduação apresentado como requisito
para obtenção do diploma na área de
licenciatura plena em história da
Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Mairon Escorsi Valério

VERANÓPOLIS

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Costa, Raquel da
O Ensino de História como Ferramenta de Resgate da
História "dos de baixo" / Raquel da Costa. -- 2017.
42 f.

Orientador: Mairon Escorsi Valério .
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura Plena em História , Erechim, RS , 2017.

1. História vista de baixo. 2. Ensino de História .
3. Formação . 4. Livro didático. I. , Mairon Escorsi
Valério, orient. II. Universidade Federal da Fronteira
Sul. III. Título.

RAQUEL DA COSTA

“O ENSINO DE HISTÓRIA COMO FERRAMENTA
DE RESGATE DA HISTÓRIA “DOS DE BAIXO” ”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

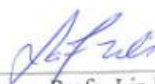
Orientador: Prof. Mairon Escorsi Valerio

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 23/11/2017.

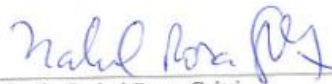
Banca examinadora:



Prof. Mairon Escorsi Valerio



Prof. Lia Urbini



Prof. Isabel Rosa Gritti

Á pequena Helena, por já desde pequenina
entender as razões pelas quais a mãe tanto
se ausentou.

AGRADECIMENTO

Agradeço ternamente à minha família pelo apoio e força dados durante esse processo, em especial a meus pais por segurar as pontas durante os períodos de minha ausência. Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, pela oportunidade dada a mim e a tantos outros jovens que buscam uma formação de acordo com seus princípios. Agradeço imensamente ao orientador Mairon Escorsi Valério pela atenção dedicada, pois sem essa orientação este trabalho não teria saído do projeto. À Miguel Stédile e Gérson Fraga pelo esforço e dedicação dada ao curso desde que este ainda era apenas um projeto, o trabalho de ambos foi fundamental para que chegássemos até aqui. Aos colegas da turma Eduardo Galeano e companheiros de luta, pelas ricas experiências proporcionadas e pelo apoio construído durante o curso. Por fim, agradeço também a todos que direta, ou indiretamente, contribuíram para a elaboração e conclusão deste trabalho.

“Nós que queremos mudar o mundo precisamos libertar a história, pois ela está presa a um discurso que a nega.” Eduardo Galeano.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir o papel do ensino de história como uma ferramenta para resgatar a história vista de baixo. As pesquisas e estudos realizados buscaram reforçar a importância, a necessidade e os limites desse novo campo de pesquisa e abordagem historiográfica dentro da disciplina de história. O trabalho, baseado na leitura, pesquisa e análise em livros e artigos apresenta uma retomada no conceito “dos de baixo” e, fazendo uma retomada breve nas mudanças por qual passou o ensino de história desde o período estadonovista até o período de redemocratização, adentra na influência deste conceito na historiografia brasileira e no ensino de história no Brasil na década de 1980 e o que significou essa mudança no campo educacional. A partir dos estágios, é construída uma análise dos livros didáticos e da prática, buscando perceber se há abordagem a essa perspectiva na sala de aula ou não. A pesquisa constatou que, mesmo que se tenha densas discussões em torno do tema e que tenha havido muitos avanços, ainda existem muitos limites, tanto de estrutura quanto de formação docente.

Palavras-chave: história vista de baixo, ensino de história, formação, livro didático.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir el papel de la enseñanza de la historia como una herramienta para rescatar la historia vista desde abajo. Las investigaciones y estudios realizados buscaban reforzar la importancia, la necesidad y los límites de este nuevo campo de investigación y abordaje historiográfico dentro de la disciplina de historia. El trabajo, basado en la lectura, investigación y análisis en libros y artículos presenta una retomada en el concepto de los de abajo, y haciendo una reanudación breve en los cambios por los que pasó la enseñanza de historia desde el período del nuevo estado hasta el período de redemocratización, en la influencia de este concepto en la historiografía brasileña y en la enseñanza de la historia en Brasil en la década de 1980 y lo que significó ese cambio en el campo educativo. A partir de las etapas, se construye un análisis de los libros didácticos y de la práctica buscando percibir si hay abordaje a esa perspectiva en el aula o no. La investigación constató que, aunque tenga densas discusiones en torno al tema y que haya habido

muchos avances, todavía existen muchos límites tanto de estructura y de formación docente.

Palabras clave: historia vista de abajo, enseñanza de historia, formación, libro de texto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

- I- Sobre o Conceito “dos de baixo”**
- II- A História “dos de Baixo” e o século XX**

CAPÍTULO 2

- III- A Introdução desta Nova perspectiva na Historiografia Brasileira.**
- IV- A Importância da Presença da História dos de Baixo no Currículo do Ensino de História**

CAPÍTULO 3

- V- A História Vista de Baixo na Sala de Aula: O Livro Didático**
- VI- O Ensino de História e os limites Encontrados pelos Professores na Prática**
- VII- Conclusão**
- VIII- Considerações Finais**

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma pesquisa em torno da importância de construir espaços dentro do ensino de História para a “História vista de baixo”, como meio de resgatá-la, pois tradicionalmente foi excluída dos registros, além de contribuir com a formação dos adolescentes e jovens estudantes, partindo do ponto de vista com outra perspectiva, que se contraponha à História oficial. O trabalho busca responder os anseios e questionamentos em torno dessa nova linha de pesquisa historiográfica dentro do ensino de história, a fim também de tentar buscar possibilidades de transformação necessária dentro da área de ensino para que se possa construir uma educação que seja de fato transformadora e formativa.

A metodologia usada partiu da leitura e análise de artigos dos historiadores Eric Hobsbawn, Edward Thompson, George Rudé, Christopher Hill, Jim Sharpe e Walter Benjamin, para trabalhar o conceito dos “de baixo” aonde se buscou explicar o que é este, para oferecermos uma maior compreensão antes de adentrar na questão do ensino de história. Esta mesma metodologia foi usada para tratar da questão da influência dessa linha na historiografia brasileira, bem como para trabalhar as ideias desta no ensino de história no Brasil. Para aprofundar a análise sobre a introdução da história vista de baixo no currículo de história e na sala de aula, parte-se das observações feitas durante os estágios no ensino fundamental e médio, assim como da análise de dois livros didáticos a fim de perceber a presença ou a ausência da História dos de baixo nesta ferramenta que é base para os alunos e também para o professor, analisando e comparando as discussões em torno destas questões com a prática.

Ao longo das décadas o ensino de História passou por muitas transformações e lhes foi designado vários papéis, seja como ferramenta de construção de identidade nacional, seja como meio estratégico de legitimar o poder, seja ainda como espaço de formação humana. Nos últimos períodos o ensino de História tem sido um campo de batalha de ideias e alvo de muitas discussões e preocupações, principalmente por parte de profissionais da educação, historiadores e professores

de história, que, preocupados com a formação da consciência histórica e humana dos adolescentes e jovens tem pautado sobre as questões que dizem respeito ao currículo e aos livros didáticos da disciplina.

Entra em debate a necessidade de abrir espaço no currículo de História para novas perspectivas historiográficas, para novos pontos de vista que venham a contribuir com a formação dos estudantes. Na década de 1980, com o período de redemocratização, as mudanças na educação e mais especificamente no ensino de História dão abertura para que novas linhas historiográficas compusessem os currículos de ensino de História, pois a nova realidade necessitava de novas leituras. Entram então na ordem do dia historiadores como Thompson, Hobsbawm, entre outros, retratando e colocando em pauta a história vista de baixo, que sugere outro olhar, o olhar das classes subalternas sobre os processos históricos.

Os capítulos que se seguem no presente trabalho vão apresentar justamente esta linha de pesquisa historiográfica e relacioná-la com o ensino de História, procurando discutir de que forma o ensino de história pode ser um espaço de resgate da História dos “de baixo”. Para melhor compreensão os capítulos foram organizados da seguinte maneira:

O primeiro capítulo traz uma retomada do conceito “dos de baixo”, a partir de historiadores como Eric Hobsbawn, Edward Thompson e Jim Sharpe, que defenderam a história vista de baixo dentro do que foi chamada de “História Social”. Vai abordar a importância desta linha de pesquisa para a historiografia e o que significa para as próprias classes subalternas ter reconhecimento da importância das suas ações cotidianas e nos processos históricos ao longo dos séculos.

O segundo capítulo vai dar enfoque no ensino de História e na historiografia brasileira, fazendo uma retomada do papel do ensino de história desde o período estadonovista até a década de 1980, período do fim da ditadura militar e início do período de redemocratização, aonde entram em pauta reformas no campo educacional e dentro disso, fundamentalmente, no ensino de História, com mudanças significativas no currículo. A intenção neste capítulo é de discutir mais especificamente a influência da história vista de baixo no currículo do ensino de

história como forma de contribuir com a formação social, cultural e política dos estudantes, olhando para estes como sujeitos históricos e fazendo assim com que eles também se vejam como tais.

Por fim, o terceiro capítulo busca discutir os limites encontrados no campo do ensino de História. Também apresenta as leituras e análises feitas de livros didáticos com relação aos conteúdos contidos nesses, com a finalidade de perceber se há algum enfoque na história dos de baixo ou se ainda predomina apenas a história oficial, além de trazer também o papel do professor de História, a sua relação e prática com este outro ponto de vista historiográfico.

CAPÍTULO I

I- Sobre o conceito “dos de baixo”

Ao longo da história das sociedades os registros historiográficos sempre foram uma forma de exaltar e glorificar os “grandes homens”: reis, figuras públicas importantes, políticos influentes, etc., o registro da história sempre serviu ao poder e essencialmente como forma de legitimá-lo. “*A maior parte da história no passado era escrita para glorificação e talvez para uso prático dos governantes.*” (HOBBSAWM, 2013, P.280)

A História vista de Baixo é uma corrente historiográfica que surge na Inglaterra, sob forte influência da escola dos Annales sobre a crise do historicismo. Entre os expoentes dessa nova corrente é importante citar Edward Thompson, Christopher Hill, Jim Sharpe e Eric Hobsbawm. Esta nova perspectiva histórica busca produzir conhecimento histórico a partir do ponto de vista dos homens e mulheres das classes subalternas, das pessoas consideradas comuns, mas que são sujeitos históricos tanto quanto reis, políticos e líderes militares que habitualmente são citados nos livros e registros historiográficos.

O uso dos registros da história sempre esteve a serviço das classes dominantes, seja para manter e legitimar o poder destas, seja como ferramenta para manter a ordem “natural” das coisas na sociedade. Desta forma, era importante que os sujeitos das classes subalternas aparecessem apenas como espectadores ou meros coadjuvantes nas páginas dos livros e registros históricos.

Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século dezanove, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite. Havia, é claro, vários indivíduos que se sentiam infelizes com essa situação, e, já em 1936, Bertolt Brecht, em seu poema *Perguntas de um Operário que lê*, apresentou aquela que provavelmente ainda é a afirmação mais direta da necessidade de uma perspectiva alternativa ao que poderia ser chamado de “história da elite”. Mas provavelmente é justo dizer que uma declaração muito séria da possibilidade de transformar essa necessidade em ação só surgiu em 1966, quando Edward Thompson publicou um artigo sobre ‘*the from below*’ em *The Times Literary Supplement*. Daí em diante o conceito da história vista de baixo entrou na linguagem comum dos historiadores.

(SHARPE, in BURKE, 1992, P. 40).

Ao longo dos séculos as pessoas comuns eram vistas como meros espectadores e não como sujeitos da história, sua participação nos processos históricos era ignorada pelos historiadores. Até o final do século XIX pouco se ouvia ou se registrava sobre as pessoas “comuns”. A História vista a partir dos debaixo começou a ser escrita a partir das lutas dos movimentos populares, aonde Jorge Rudé e Michelet foram destacados pioneiros.

Jules Michelet foi um importante filósofo e historiador Francês nascido em Paris. Segundo os registros foi o primeiro historiador a afirmar que eram as massas os principais agentes das mudanças sociais e não as grandes personalidades. Assim como Rudé, se interessou pela história das classes subalternas. Uma de suas principais obras é “*História da França*”, dividido em três grandes obras. Ao estudar as lutas populares durante a Revolução Francesa também escreveu “*A Grande revolução Francesa*”.¹

A preocupação em registrar a História das pessoas comuns também vai instigar as pesquisas de George Rudé. Historiador marxista britânico especializado na Revolução Francesa e na História vista de baixo, esperando criar uma nova compreensão sobre os principais acontecimentos da história, dedicou-se a registrar a História das “multidões”, sob os olhos de seu mentor Georges Lefebvre. Dentre suas obras estão “*Protestos e Punições: A História dos Protestadores Sociais e Políticos Transportados para Austrália, 1788-1868*”, resultado da sua pesquisa sobre presos políticos britânicos e Irlandeses do século XIX, transportados para a Austrália como condenados. Além deste, também se destaca “*A Multidão na História: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*” aonde retrata a organização e participação os movimentos populares na Inglaterra, bem como na França no século XVIII, dentre outras obras importantes e relevantes. Era ativamente envolvido com o partido comunista inglês, e este laço influenciou no seu modo perceber a história e de olhar para a história dos manifestantes e procurou desconstruir a ideia de que a Multidão na revolução é “uma grande massa malvada

¹ <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JuleMich.html> acessado em 10 de novembro às 17:00hs.

de pessoas inclinadas a destruir a ordem”.²

Talvez nenhum fenômeno histórico tenha sido tão negligenciado pelos historiadores quanto a multidão. Poucos negariam ter ela desempenhando, sob várias formas, um papel significativo na história. Não obstante, a multidão foi, durante muitos anos, um assunto digno de ser estudado pelos psicólogos ou pelos sociólogos, e não pelos historiadores. (RUDE, 1991, P.1)

Cabe aqui destacar também as contribuições de Walter Benjamin, crítico revolucionário da filosofia do progresso, cuja influência vem de três fontes diferentes, sendo o romantismo alemão, o messianismo Judeu e por fim, o marxismo, que buscou através de uma síntese dessas três fontes criar uma nova concepção. Fez parte da escola de Frankfurt, sendo ele um dos seus principais pensadores. Sua obra mais conhecida chama-se “A Obra da Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica” aonde esclarece as opiniões em relação às mudanças culturais que esta reprodutibilidade técnica trouxe para a sociedade³. Com relação sua leitura sobre a História, assim reforça Benjamin, destacando sua posição anti-historicista: “O momento destruidor: demolição da história universal, eliminação do elemento épico, nenhuma identificação com o vencedor. A história deve ser escovada à contrapelo. A história da cultura como tal é abandonada: ela deve ser integrada à história da luta de classes”. (BENJAMIN, 198: 1240 in. LOWY, 2011, p. 21).

A historiografia começa a trazer as pessoas comuns como campo específico de estudo com o crescimento dos movimentos populares no final do século XVIII, e entre os marxistas e socialistas o interesse nessa forma de olhar para a História aparece com o surgimento dos movimentos operários, pois seria a possibilidade de registrar os acontecimentos a partir de uma nova perspectiva da qual a História oficial e a sociedade não estavam acostumadas, e além disso, a esquerda passaria a registrar e a produzir seu próprio ponto de vista sobre determinados acontecimentos ou fatos históricos, confrontando com as versões produzidas para e pelas elites.

² https://en.wikipedia.org/wiki/George_Rudé acessado em 10 de novembro às 11:30hs.

³ http://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805134&SecaoID=948848&SubsecaoID=0&Template=../livros/layout_autor.asp&AutorID=848173- acessado em 10 de novembro às 11:30Hs.

Esta nova linha de pesquisa vai ganhar espaço entre os historiadores de outros países a partir da Segunda Guerra Mundial, mas cresce, de fato, a partir dos anos 1950 com as contribuições do Marxismo e do Materialismo Histórico Dialético. (HOBSBAWM, 2013, P.283)

Ao tratar da escrita e desse “resgate” da História da gente comum, da classe trabalhadora, Hobsbawm afirma que:

ao rememorar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado. (HOBSBAWM, 2013,P. 284).

E dessa forma, por ser uma dimensão desconhecida do passado, o historiador, ao pesquisar tal dimensão, não está isento dos problemas técnicos e também de interpretação e registro. Um dos problemas mais comuns são as fontes, pois não existe fonte historiográfica pronta, o historiador precisa ter um olhar cuidadoso e procurar analisar todas as evidências possíveis para conseguir o resultado desejado na sua pesquisa. E talvez, ao registrar a história dos movimentos populares, se cometa também o descuido de registrá-la a partir do ponto de vista desta classe de forma que exalte ou oculte erros, etc. O historiador não está isento de erros e descuidos ao registrar a História, mas precisa, necessariamente, ser rígido com suas fontes e coerente com os fatos para evitar tais erros. Para muito além disso, o historiador deve ter compromisso com a verdade histórica, deve ser um investigador atento ao seu objeto para que nada se perca. “O historiador, portanto, está avisado: sob o ilusório, deve buscar o real; sob o político, o social; sob o interesse geral, o interesse de classe; sob as formas do Estado, as estruturas da sociedade civil.” (VILAR, 1983, P. 109).

Edward Thompson, outro destacado pioneiro dentro deste campo, dedica o capítulo III da sua obra “*As Peculiaridades dos Ingleses*” para a história vista de baixo. De fato as experiências históricas dos ingleses nos séculos XVIII e XIX merecem destaque, pois fornecem uma riqueza peculiar para este “novo” campo da historiografia. “Faz parte das peculiaridades dos ingleses o fato de a História da “gente comum” ter sido algo além – e distinto – da História Inglesa oficialmente correta.” (THOMPSON, 2001, P.185).

Os historiadores voltaram os olhos para a “gente comum” da Inglaterra e lapidaram um diamante muito valioso para o campo da historiografia e, principalmente, para a História vista de baixo para cima. Os processos vividos e protagonizados pela classe operária no período dos séculos colocaram os ingleses em uma posição de ponta pé inicial no registro da História da classe trabalhadora. Porém para Jim Sharpe:

A importância da história vista de baixo é mais profunda do que apenas propiciar aos historiadores uma oportunidade para mostrar que eles podem ser imaginativos e inovadores. Ela proporciona também um meio para reintegrar sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência da sua história. (SHARPE, in. BURKE, 1992, P.59).

De fato, esta é a grande e fundamental importância da construção dessa nova linha, que muito mais do contrapor a história dos grandes reis, reintegra a História de classes sociais apagadas da memória histórica.

II- A História “dos de Baixo” e o século XX

Assim como na sociedade acontecem mudanças determinantes, a historiografia também acompanha esses movimentos da classe trabalhadora, e a história “dos de baixo” ganha mais força. Hobsbawm enfatiza:

(...) A história dos movimentos populares, portanto, torna-se relevante ao tipo de história, ou parte dela, que tradicionalmente era escrita – a história das principais decisões e acontecimentos políticos – apenas a partir do momento em que as pessoas comuns se tornam um fator constante na concretização de tais decisões e acontecimentos. Não apenas em tempos de excepcionais mobilizações populares, como as revoluções, mas em todos ou na maioria dos períodos. No geral, isso não começou a ocorrer até a era das grandes Revoluções ao final do século XVIII. Mas na prática, é claro que não se tornou significativo senão muito mais tarde. (HOBSBAWM, 2013, P. 282)

O século XX é importante para o registro da História “dos de baixo”, pois os olhos do mundo se voltam para os acontecimentos protagonizados por eles, e não há como fechar os ouvidos e os olhos para tal fato. A classe trabalhadora tomava sua história nas mãos e a redesenhava, transformando sua realidade e sua história nas páginas dos livros. A forma como os registros vão tratar os fatos que transcorreram e marcaram este século marcam a historiografia, pois ganha força

uma nova forma de escrever História. Porém essa nova perspectiva não está ainda nos livros didáticos. O fato é para quem chega a história dos debaixo, o público que tem acesso ainda é pequeno e a classe trabalhadora precisa ter acesso a estes materiais. É necessário criar maneiras para que a história da classe trabalhadora chegue até ela.

Erick Hobsbawm é um dos principais historiadores que vai voltar às atenções para a história dos movimentos operários e para a classe trabalhadora como um geral, dentre seus livros destaca-se *“Os Trabalhadores: estudo sobre a história do operariado”*, aonde vai tratar da vida, da resistência e das lutas dos operários nas fábricas inglesas nos meados até o final do século XIX.

A História “de baixo para cima” vai ultrapassar os campos da historiografia e vai se destacar no teatro e nas demais formas artísticas como poemas e poesias. O poema de Bertolt Brecht *“Perguntas de um Operário que lê”*, se torna um poema “típico” do século XX, pois retrata o novo período historiográfico que a humanidade vai assistir. Olhando para os desafios da historiografia ao tratar da história “dos de baixo” este poema também serve como retrato de desse novo campo de pesquisa, cheio de “tantos relatos, tantas respostas.”.

“Quem construiu a Tebas das sete portas?
 Nos livros constam os nomes dos reis.
 Os reis arrastaram os blocos de pedra?
 E a Babilônia tantas vezes destruída
 Quem a ergueu outras tantas?
 Em que casas de Lima radiante de ouro
 Moravam os construtores?
 Para onde foram os pedreiros
 Na noite em que ficou pronta a Muralha da China?
 A grande Roma está cheia de arcos de triunfo.

Quem os levantou?
 Sobre quem triunfaram os césaes?
 A decantada Bizâncio só tinha palácios
 Para seus habitantes?
 Mesmo na legendária Atlântida,
 Na noite em que o mar a engoliu,
 Os que se afogavam gritavam pelos seus escravos.
 O jovem Alexandre conquistou a Índia.
 Ele sozinho?
 César bateu os gauleses.
 Não tinha pelo menos um cozinheiro consigo?
 Felipe de Espanha chorou quando sua Armada naufragou.
 Ninguém mais chorou?
 Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
 Quem venceu além dele?
 Uma vitória em cada página.
 Quem cozinhou os banquetes da vitória?

Um grande homem a cada dez anos.
 Quem pagava suas despesas?
 Tantos relatos.
 Tantas perguntas. (BERTOLD BRECHT)

Este poema talvez retrate os anseios da historiografia ao se referir à história das classes subalternas. São tantas histórias e tantas perguntas e respostas a respeito deste “novo” campo de pesquisa, um campo tão vasto e profundo, mas principalmente, mais do que retratar os anseios do historiador, retrate os processos que desenharam o século XX.

Mesmo este século sendo um século de ricos processos de independências, de protagonismo das classes subalternas, e, conseqüentemente, um período que favorece muito o estudo, análise e registro da História dos de baixo, também se caracterizará, no campo do ensino de história, como um período aonde a disciplina de História ganhará um novo propósito, principalmente nos períodos de Ditadura Militar. Olhando para o Brasil, esta mudança significou uma “mordança” que visava construir uma imagem positiva e necessária do regime para legitimá-lo. Mas trataremos disso mais adiante.

Este campo de pesquisa ganhou historiadores engajados e dedicados a pesquisar e a registrar com o devido cuidado e atenção. Desde a experiência dos ingleses e franceses até o século atual, a história da “gente comum”, dos “de baixo” – nas palavras de Rudé – a “multidão”, a classe trabalhadora, esteve bem servida de historiadores.

A “multidão” da era “industrial” tem a vantagem de ter sido relativamente bem servida pelos historiadores (e, mais recentemente, pelos sociólogos): a história trabalhista e os movimentos populares desse período atraíram um número de historiadores de reputação, desde Webbs e Cole, na Inglaterra, até Duveau, Sée e Dolléans, na França. A multidão “pré-industrial” foi, sob esse aspecto, menos feliz. Há honrosas exceções: os Hammonds, na Inglaterra, a Jaurés e Lefebvre, na França, são as que nos ocorrem. (...) (RUDE, 1991, pg.5)

Além da importância e necessidade de registrar a história com uma visão de baixo para cima – não simplesmente para contrapor a História oficial, mas para deslegitimar uma supremacia criada para garantir a ordem estabelecida – é importante e necessário escrever para a própria classe trabalhadora, permitir que esta tenha acesso à sua própria História. De nada vale escrever sobre o

protagonismo das classes subalternas e não dar oportunidade de que elas acessem e se reconheçam nos processos históricos. Essa é mais do que um compromisso histórico; é um compromisso social.

CAPITULO II

III- A Introdução desta Nova perspectiva na Historiografia Brasileira

Na primeira metade do século XX, mais especificamente a partir das reformas efetuadas no governo de Getúlio Vargas, pelo então Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, o ensino de história passou a assumir um papel importante na retomada do significado do Estado Nacional e da busca pela identidade do povo brasileiro. No período, isso significava esconder as divisões sociais existentes e, principalmente, construir a ideia de que restava à elite operar as transformações sociais necessárias. Já no período de 1937 à 1942, quando se instaurou no Brasil a ditadura do Estado Novo, o ensino de História passou por mais uma mudança, ganhando o status de disciplina autônoma, e tinha como objetivo a construção de ideias nacionalistas e patrióticas, utilizando-se de episódios importantes e de significativos nomes do passado.

No que tange especificamente ao ensino de história, houve uma retomada da concepção de Estado Nacional e da busca por uma identidade do povo brasileiro – identidade essa incumbida de ocultar as clivagens sociais candentes na sociedade. A ideia geral consistia no fato de que restava a cargo da elite operar as transformações sociais. O povo representava a massa cega a ser guiada pela elite.(MATHIAS, 2011, P.43)

As novas gerações deveriam conhecer seus direitos, mas principalmente, seus deveres para com a pátria e para isso se constituíam os princípios da família, da tradição, da nação e pátria. (MATHIAS, 2011, p. 43). Além disso, era necessário construir uma ideia de unidade em todos os sentidos, e a figura do índio ganha traços do homem branco e de que não aceitou ser escravizado por que eram nobres. O negro surge como mercadoria e mão de obra. E se constrói, a partir da figura do bandeirante, a ideia de que o homem branco é forte, destemido, desbravador e por isso se torna um conquistador de territórios.

Até então o acesso à educação era algo comum aos filhos da elite brasileira, e o ensino de história deveria contemplar as demandas da classe. Somente a partir da década de 1940, com os avanços tecnológicos e o progresso eminente no meio fabril, é que a classe trabalhadora, devido às necessidades de mão de obra alfabetizada e de conhecimento técnico, começou a ter mais acesso aos estudos.

O final da década de 1950 e início de 1960 era marcado por mais uma mudança significativa no ensino de História, pois a classe operária estudante e a classe média reivindicavam um ensino de História que fornecesse uma autonomia intelectual frente as mudanças e desafios dos novos tempos. O decorrer da década de 1960 trouxe mudanças bruscas no Brasil, Com o golpe de estado de 1964, o ensino de História sofreu grandes mudanças em nome da legitimidade do regime ditatorial instaurado. A disciplina de História volta a ser o ensino de grandes feitos e grandes homens, ligado ao violento papel de alienação. “(...) o estado necessita controlar os meios de ensino e de divulgação da História a ser acastelada. Retendo o controle sobre esses meios,” cada vez mais eles/o estado autoritário/entregam a cada um e a todos um passado uniforme. “E surge a revolta entre aqueles cuja História é proibida.” (FERRO, 1983, pg.11 Apud. MATHIAS, 2011, pg. 44).

O ensino de História vai ser elaborado para atender aos ideais do governo ditatorial, ligado à ideia de segurança nacional e progresso econômico, além de, como já citado, afirmar perante a sociedade a legitimidade do regime militar. Para fazer par ao ensino de História, em 1968 e 1971, surgem as disciplinas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) com o intuito de vincular o ensino de História com a moral, além de instituir no cotidiano dos alunos e da escola atividades cívicas, a fim de “educar” e torná-los cidadãos conscientes dos seus deveres para com a pátria, substituindo os conceitos de moral, liberdade social e política e democracia em civismo, obediência e patriotismo, confundindo com ensino de História do Brasil e camuflando um ensino de História amordaçado.

Ao aluno caberia localizar e interpretar fatos de acordo com a orientação do estado e acriticamente. A história, feita por poucos e para poucos, além de suprimir o indivíduo do cenário nacional, justificava tal exclusão na medida em que se revelava incapaz de levar o sujeito a sentir-se cidadão e lutar por seus direitos sociais e políticos. A ordem social difundida pela disciplina será aquela sem conflitos e signo do progresso. (MATHIAS, 2011, pg. 45)

O currículo de história criado pelo Ministério da Educação (MEC) atendia às demandas do governo, que tinha controle sobre o que podia ou não ser publicado. Os professores que se colocavam contra e se mantinham fiéis ao compromisso com a História social eram aposentados compulsoriamente e sua cátedra caçada. “Em sociedades traumatizadas por rupturas abruptas ou violentos atos de guerra, os vitoriosos apressam-se em reescrever a história 'oficial' do ocorrido a fim de legitimar

suas ações e melhor ordenar a sociedade, intentando suprimir revoltas e contestações”. (MATHIAS, 2011, pg.44). A história historicizante volta a ser a forma de abordagem historiográfica cabível ao parâmetro de ensino exigido pelo governo. Passou a se priorizar o ensino profissionalizante para atender as demandas do progresso, era necessário formar cidadãos capazes de compreender os processos de uma fábrica, conhecer de economia, e não sobre os processos políticos e sociais por qual o país passava no período.

É fundamental retratar uma breve pincelada sobre o ensino de História no decorrer das décadas a fim de chegar a década de 1980, quando o ensino de história recupera seus princípios e frente a redemocratização do país, se desenha de forma a cumprir com seu papel social e político e vai se tornar novamente um instrumento a serviço da sociedade e a serviço da formação humana, formar cidadãos críticos e capazes de analisar o período que findava, e os novos tempos que se iniciavam. Atenta aos problemas sociais e políticos do período, entra em cena um novo personagem histórico, e não mais como coadjuvante, mas como protagonista da própria história: a classe trabalhadora ou a “gente comum”.

A partir daí a historiografia brasileira se caracteriza pela forte influência das produções historiográficas inglesa, tendo E. P. Thompson como um dos mais importantes influenciadores na introdução da História vista de baixo entre os historiadores no Brasil. A partir daqui a História dos trabalhadores começa a ganhar uma nova linha de abordagem. “No Brasil, a construção de uma história vista de baixo pela primeira geração de intelectuais thompsonianos foi acompanhada de profunda sensibilidade social.” (MAC CORD, ano 12, 18/2004).

Mas os historiadores Brasileiros não foram influenciados apenas por E. P. Thompson. Outros historiadores importantes como Eric Hobsbawm, Walter Benjamin – apesar de ter se voltado para este campo de pesquisa apenas no final da sua vida – e Christopher Hill também serviram como referência. Nas décadas de 1980, cujo período será nosso foco neste capítulo, o Brasil vivia um novo período na sua História: a retomada da democracia e dos direitos dos cidadãos com o fim da ditadura militar. Período que se iniciou com intensas lutas dos sindicatos e movimentos populares, principalmente na década de 1970 até o período em questão.

A historiografia já não dava conta de explicar este período histórico, apenas fazendo análises do ponto de vista econômico. Esta nova geração de historiadores,

influenciados pelos pensamentos de historiadores ingleses e franceses, como os já citados acima, se inclinavam para uma história mais social, permeada por um novo debate e novas metodologias de análise, aonde as classes baixas, a classe trabalhadora, assumia um papel protagonista.

Foi com o avanço da pós-graduação, de um lado, e a crise do regime militar, de outro, que a pesquisa histórica no Brasil pouco a pouco se abriu a estes novos campos. A queda do muro de Berlim, em 1989, completa o quadro, libertando a pesquisa histórica brasileira dos patrulhamentos esquerdistas. O arejamento do ambiente universitário, enfim livre dos compromissos políticos de combate ao regime de exceção e, de quebra, livre das patrulhas ideológicas, teve peso decisivo nesta inflexão historiográfica. (VAINFAS, 2009, pg.229)

Este período de rupturas cria ambiente para o surgimento, com mais afinco, desse novo campo de pesquisa: a “gente comum”. Já havia estudos sobre a organização, a cultura, o comportamento das classes subalternas, porém a partir de 1970/80 este campo começou a ganhar mais adeptos e, com a influência da historiografia britânica e Francesa, os horizontes se alargaram.

A demanda por uma reformulação no ensino de História surge fundamentalmente dentro das escolas e universidades, demanda colocada principalmente pelos estudantes oriundos das classes mais baixas, da classe trabalhadora. Era necessário que houve a construção de um currículo que contemplasse a realidade posta. A partir desse período o Marxismo ganha espaço na historiografia e no meio acadêmico. Minas Gerais é um dos primeiros estados a fazer uma reformulação no campo da educação introduzindo um currículo de História tendo como base as ideias de cunho marxistas. (MATHIAS, 2011, pg. 46). Com a crescente influência de outros historiadores, como Edward Thompson, Christopher Hill, Eric Hobsbawm, entre outros, a história começa a desviar seu olhar para a importância dos movimentos sociais e seu papel nos processos históricos. A classe trabalhadora passa a ocupar um lugar determinante na historiografia, sua participação nos processos históricos passa a ser um ponto importante de atenção e estudo. O século XX trouxe longos e ricos exemplos da participação das classes subalternas nos processos revolucionários ao longo deste século, e o compromisso de historiadores engajados com o compromisso social da história não deixaram de analisar e registrar estes processos.

A redemocratização da educação e, mais especificamente do ensino de

História, foi acompanhada de perto também por professores que, preocupados e comprometidos com um ensino de história que de fato contribuísse com a formação de consciência dos jovens estudantes, que contribuísse para a construção de uma análise crítica dos processos históricos. Os novos tempos pediam por renovações no campo educacional, assim como no campo político. Era necessário romper com as estruturas estabelecidas pelo regime militar e garantir que os jovens conseguissem contribuir com os debates a cerca da sua realidade para além da sala de aula. Esta não é uma necessidade que surgiu apenas nesse período, mas já vinha se arrastando e fazendo parte de discussões e pautas no campo da educação principalmente com o acesso da classe trabalhadora à escola, e se intensificou nos dias atuais. “A organização do ensino de História não mais consistia em celebrar grandes feitos e personagens, e sim discutir os problemas da realidade vivida, incorporaram-se sujeitos e ações marginalizados pelas políticas educacionais oficiais.” (MATHIAS, 2011, pg. 46).

Este novo foco da história, que coloca na ordem do dia a participação da massa como sujeitos é também resultado dos processos históricos que marcaram o século. Não havia como ficar alheio às transformações abruptas que vinham ocorrendo ao redor do mundo, resultado das ações organizadas da classe trabalhadora, das classes subalternas. A história oficial não resistiu aos avanços e mudanças dentro da historiografia, e essas mudanças, com certeza, “respingariam” no ensino de história, nos métodos e formas de abordagens da história dentro da sala de aula.

Novos temas e abordagens estão levando o ensino de história a abandonar o tom cristalizado, naturalizado, de determinados objetos, evidenciando que até as nossas mais fortes crenças, que pareciam ter nascido conosco, têm uma história, um começo, às vezes perverso, de violência, de dizimação e de aculturação. (BARROSO, 2010, pg.179)

O ensino de história recupera sua “função social” para com a sociedade e é “chamada a exercer a função de crítica da sociedade, atenta aos seus conflitos e às suas diferenças, inclusive de classe.” (MATHIAS, 2011, pg.46). A partir daqui, mesmo que ainda com alguns percalços, a disciplina de história se volta novamente para a formação de sujeitos críticos, capazes de fazer leitura dos processos e da realidade, se volta para os estudos das questões sociais, políticas e econômicas do país de forma que os estudantes passem a dominar e a compreender tais campos

para construir análises do todo. Como afirma Carlos L. K. Mathias.

Com a redemocratização em 1985, inaugurava-se o “tempo do repensar”. A disciplina história deixava de ajustar-se aos interesses do Estado autoritário para ser prostrada ao serviço da sociedade democrática. “Preparação dos cidadãos para uma sociedade democrática” (Fonseca, 2003a, p. 91), tornar o recém-cidadão capaz de intervir e transformar a realidade brasileira. Esses eram, então, os novos objetivos da velha disciplina. (MATHIAS, 2011, pg. 45)

IV- A Importância da Presença da História dos de Baixo no Currículo do Ensino de História.

A História como disciplina escolar e curso de ensino superior, muitas vezes acaba apenas por reproduzir narrativas focadas nas figuras dos grandes heróis e/ou das elites dirigentes em determinado período. Logo, há a indagação de como e se é possível incorporar a visão da História “dos de baixo” no ensino e discurso cotidiano da disciplina de História.

E ainda mais, nossos cursos quase nunca recorrem à prática de investigação. Através dela se poderia aprender, sobretudo, a problematizar e a questionar não apenas a historiografia no sentido da produção intelectual, mas também a própria realidade concreta que nos rodeia, numa prática mais sadia de ensinar a praticar a própria disciplina, olhando em volta, tentando mostrar uma História viva, que permita aos alunos sua própria identificação social. Ao invés disto, estamos simplesmente formando reprodutores de uma ciência já pronta e acabada sem nenhum referencial teórico ou metodológico, se não aquele das teorias já cristalizadas e estáticas. Com isto se perde o sentido do dinamismo da História e se impede qualquer perspectiva de compreensão da possibilidade de mudança e da situação do historiador também como agente do processo, capaz de agir sobre ele e transforma-lo. (FENELON, 2008, P. 27).

Pensar o ensino de História como uma ferramenta, um meio de resgatar a história "dos de baixo" é um desafio. Em geral, os materiais disponibilizados para alunos e professores são bastante escassos ao se referir a classe dos "excluídos". Temos nas escolas a permanência do ensino de uma História cujo protagonismo é das elites políticas, exclui-se do movimento da história a participação das classes subalternas. Por muito tempo os registros históricos os colocavam como meros espectadores, e ainda serve como forma de exaltar os "grandes Homens", de fato, certas modalidades da história ainda possuem esta função. (HOBSBAWM, 2013 pg.280). O ensino de História teve por um longo período a finalidade de "educar", de

construir cidadãos obedientes à ordem, e, sobretudo, construir no imaginário da sociedade os heróis nacionais, por isso se constroi uma "História oficial" onde as classes dominantes, as elites têm seu protagonismo evidenciado, e a classe trabalhadora tem um papel secundário, de servidão e obediência.

Mais do que contrapor essa história criada para legitimar o poder de uma figura ou de determinada classe, ou para construir uma identidade nacional, implantar no currículo do ensino de História uma nova abordagem historiográfica que retrate o olhar dos “de baixo” sobre determinado acontecimento ou fato histórico significa construir meios que capacite o estudante a perceber a História a partir de vários pontos de vista, e dar a ele a possibilidade de analisar criticamente tais processos.

Para muito além disso, a presença da História vista “de baixo para cima” no currículo de História, e na historiografia em geral significa uma conquista para as classes subalternas na resistência ao “esquecimento”. É para esta reconhecer-se quanto sujeitos da história, é perceber-se dentro dos processos históricos.

Se durante séculos a “gente comum” foi excluída da História e tratada como massa de manobra, agora ela tomava posse do que lhe pertencia: sua própria História. Ela não passa a ser vista, por que sempre esteve ali, presente nos processos. Existe uma diferença entre um objeto ser descoberto ou passara a ser visto pela historiografia como objeto de pesquisa e ser excluído, ou ser ignorado como objeto.

Surge uma história que grita contradições e expõe as diferenças de classe, e que por construir outros pontos de vista e colocar em pauta a participação da classe trabalhadora como peça fundamental nos processos de mudanças políticas, econômicas e sociais acaba se desenhando como um contraponto à História oficial.

E este também é outro ponto cuja importância é fundamental e determinante construir dentro do currículo do ensino de história um espaço para a História vista de baixo, pois traz uma nova perspectiva para a construção de conhecimento dos estudantes numa fase importante da sua formação de consciência de classe. O estudante passa a perceber-se e identificar-se como parte daquela História e começa a perceber e a relacionar este novo olhar com a História oficialmente criada, onde as classes subalternas aparecem identificadas como desordeiras, contrárias às ordens estabelecidas e não como seres humanos, com ações coletivas que interferem na realidade e movimentam o processo.

Dar ao estudante a possibilidade, através do ensino de história, de desenvolver

seu próprio ponto de vista, sua percepção da realidade onde vive e sua capacidade de leitura e de crítica a essa realidade, contribuiu para a formação de sujeitos que serão capazes de participar ativamente na intervenção e mudança dessa realidade. E é isso que representa no currículo do ensino de História a implantação dessa nova perspectiva historiográfica.

Ao lançar o debate de construir e defender uma educação que forme sujeitos capazes de ler o mundo e a realidade em que vivem, devemos nos preocupar fundamentalmente com a relação entre a prática do ensino e o currículo do ensino de História. Devemos considerar que este é um espaço importante de formação de consciência aonde se trabalha com a relação do homem e da mulher consigo mesmos e com o mundo que os cerca.

CAPITULO III

V- A História dos De Baixo na Escola: o livro didático

O presente capítulo será dedicado a discussão sobre a presença da história vista “de baixo para cima” na sala de aula: qual a relação do professor com essa linha historiográfica e se está presente ou não no livro didático. De que forma ela é abordada, etc.

O estágio realizado no ensino fundamental e também no ensino médio deu a possibilidade de olhar para esta questão com mais proximidade. Possibilitou estar em contato com a prática do ensino de História e com os livros didáticos utilizados, o que deu abertura para uma análise de como tem se abordado a história da classe trabalhadora, dos movimentos sociais e sindicais, das mulheres, e em geral dos processos revolucionários protagonizados pelas classes subalternas. E de pronto, percebe-se um avanço, ainda que pequeno, nas formas de abordagem e mesmo na presença de questões que antes não eram colocadas.

Mas é importante lembrar também que o compromisso, o posicionamento e a forma como o professor trabalha essas questões na sala de aula também é determinante. O professor pode até deixar transparecer sua posição política e ideológica, porém esse posicionamento individual não deve interferir ou influenciar na formação da opinião do estudante, ele deve estar apto, munido de conhecimento histórico necessário para conseguir fazer a leitura do processo e da realidade e conseguir manifestar sua posição e sua opinião própria, livre de influências.

o professor deve usar o conteúdo de forma que propicie a problematização do presente e do passado trabalhando de forma comparativa à produção histórica de varias sociedades: produção material, poder imaginário, cotidiano, etc.. indicando a multilinearidade da História, relacionando a História dos indivíduos com coletivo dos grupos, classes sociais, entendendo a História como a ação de todos os homens. (PASTRO; CONTIERO, 2002, pg.65)

Não se trata de ignorar e extinguir a história oficial no livro didático, a questão aqui é de colocar na roda de estudo e interpretação outro ponto de vista, outra realidade, um “novo” sujeito histórico cujas ações e intervenções caracterizam os períodos e determinam as estruturas da sociedade, e que a história escrita e

ensinada até então não os deixava aparecer.

O livro didático é a principal ferramenta que o estudante tem disponível para acesso ao conhecimento e informações na sala de aula, embora o acesso a outros meios de comunicação como televisão e internet esteja presentes na vida dos adolescentes e jovens, o livro ainda é a fonte mais acessível, ali está depositada as principais informações dos principais e mais importantes períodos históricos, é do livro didático que ele tira as informações que utilizara como base para construção do seu conhecimento. Não apenas ao aluno, mas é também uma ferramenta ao professor.

O livro didático é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico que constitui o que poderia ser chamado de conhecimento do homem comum. Ele é o construtor do conhecimento histórico daquele cujo saber não vai além do que lhe foi transmitido pela escola de primeiro e segundo grau. (ABUD, 1984, Apud. PASTRO; CONTIERO, 2011, pg. 62).

A disciplina de história sempre foi alvo de muitas discussões sobre seu papel na formação do estudante. De um lado, o estado adotando formas de controlá-lo e de outro, historiadores, profissionais da educação e estudantes defendendo seu papel social. Dessa forma, o livro didático também, inevitavelmente e fundamentalmente, se tornou ponto de debates e problematizações em torno dos conteúdos abordados e da forma como são abordados.

Mais preocupante se torna o livro didático. À medida que, vem assumindo uma outra função: a de informar também o professor. Este em razão das deficiências de formação e também das condições de trabalho que enfrenta, não procura outro tipo de material para preparação de aulas, quer expositiva ou de qualquer outra natureza. Dessa maneira, o trabalho do professor tem se transformado num reforço das ideias contidas no livro didático adotado, que é vista pelos alunos como única fonte digna de confiança. (PASTRO; CONTIERO, 2002, pg. 62-63)

A grande discussão se dá em torno da permanência de uma História oficial e de que essa história já não cabe dentro das necessidades do ensino. Já não basta apenas conhecer a história, é necessário compreender os processos históricos e saber enxergar as contradições existentes nesses processos e a partir daí conseguir analisar e debater tais contradições. Porém, é sabido que a formação que os estudantes recebem não tem essa finalidade, e que muito menos o livro didático dá o suporte necessário para isso, como afirmam Sônia Maria Gazola Pastro e Diná Tereza Contiero:

Trata-se de uma história a serviço da classe dominante, factual, atenta as coisas do passado, ocupando uma função ideológica dentro da estratégia da ordem. Que refletem os interesses das classes que detém o poder. O que reforça essa ideia é o fato de se procurar o oferecer aos estudantes uma história elaborada a partir de fatos fragmentados que impedem a compreensão do processo como um todo, visando escamotear a dominação da classe existente. Uma história que omite o conflito entre as classes, não dando importância ao papel que o indivíduo ocupa no processo de produção. (PASTRO; CONTIERO, 2002, pg.60)

Como o livro didático é tido como principal ferramenta de informação ao estudante e base também ao professor é importante levantar as preocupações com os aspectos ideológicos e dos valores explícitos ou implícitos, presentes nos conteúdos. (PASTRO; CONTIERO, 2002, pg.62). Para tanto é necessário que se tenha um olhar atento e cuidadoso sobre o livro didático, sobre sua forma e conteúdo. Discutir e analisar que tipo de livro didático vai escolher para trabalhar nas escolas é fundamental, para que de fato o material escolhido atenda as necessidades formativas dos estudantes. O livro didático não deve propiciar apenas a memorização com exercícios repetitivos. Mas sim levar o aluno a reflexão e a compreensão do assunto tratado (PATRO; CONTIERO, 2002, pg.65).

Voltando para a análise de livros didáticos, apesar dos consideráveis avanços nesta questão, ainda se tem um caminho longo pela frente. Embora a História oficial ainda seja o foco principal, a forma como se aborda a participação das classes subalternas nos processos históricos já teve mudanças. A presença no livro didático com uma abordagem mais enfática nas questões sociais e na luta da classe trabalhadora, principalmente dos últimos períodos, é sinal de que as discussões acerca do assunto têm gerado resultados consideráveis.

O livro didático utilizado nas escolas está dissociado da realidade do mundo. Jamais poderá ser um instrumento vivo se o mesmo não se utilizar de uma linguagem adequada que venha de encontro às reais necessidades dos nossos alunos. Um material que adote uma visão crítica da sociedade em que vivemos que estabeleça valores sociais, morais, religiosos, políticos e que caminhe á uma transformação da sociedade. (PASTRO; CONTIERO, 2002, pg.65)

De maneira geral os livros didáticos são construídos sempre na mesma lógica: em ordem cronológica, constando os fatos julgados como mais relevantes, exaltando a história europeia, destacando personagens como símbolos de determinado período e dentro do ponto de vista da classe dominante.

Porém, alguns livros vêm destacando outros apontamentos, mesmo que em curtas notas ou com pouca ênfase, a forma como alguns escritores vem produzindo os livros didáticos trazem para o contato do aluno uma nova leitura e possibilita construir pontos de vista mais críticos e mais conhecimento sobre fatos e processos históricos. Como, por exemplo, o livro *Da conquista da América ao século XXI* da coleção “História: das cavernas ao terceiro milênio” (vol. 2), de Patrícia Ramos Braick e Myrian Brecho Mota, cuja organização e elaboração permitem ao professor trabalhar com mais detalhes históricos a questão dos povos na América Latina, possibilitando construir diálogos mais aprofundados com os alunos sobre a História dos povos aborígenes desde o processo da colonização até a construção identidade latino-americana. Os elementos contidos no livro sobre esta questão retrata outro ponto de vista o que dá ao aluno um meio de perceber quais foram os custos da colonização para os latino-americanos, e que as consequências da colonização interferem até hoje. Ou também questões políticas, religiosas, culturais e econômicas mais contemporâneas enfatizando os problemas sociais ligados a essas questões.

O manual do professor desta coleção fornece ainda, ao final do livro, leituras complementares e orientações pedagógicas e metodológicas contribuindo com a preparação do docente. As leituras complementares trazem ainda um olhar crítico sobre temas pontuais como a África, aonde engloba questões culturais, política e trabalho, ou ainda sobre a mulher na sociedade. Temas e debates contemporâneos ganham espaço nas páginas do livro didático possibilitando ao professor e ao aluno construir juntos pontos de vistas e conhecimento da realidade, permitindo a estes perceber a si mesmo e ao outro como sujeitos históricos.

Outra obra que fornece uma abordagem diferenciada na questão da história dos de baixo é o livro “História” (Vol. Único) da editora Saraiva, escrito por Ronaldo Vainfas, Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos. Livro destinado ao Ensino Médio, com uma leitura mais “completa” da história. Os autores procuraram abordar também as lutas, os costumes e o cotidiano das classes subalternas, através do estudo da organização da classe trabalhadora nos períodos históricos. Isso dá uma dimensão ao aluno de como era a vida dos negros escravos, dos indígenas, das mulheres, como se organizavam a classe trabalhadora durante a Revolução Francesa; qual foram os impactos e as consequências da revolução industrial para os operários das fábricas e como eles se organizaram no período; o

que foi a Revolução Russa e a importância desse processo para o mundo, assim por diante. Afinal, essa história, da gente “comum” foi determinante nesses processos e o aluno precisa estar preparado para compreender este processo e fazer relações com o presente e com a sua realidade. Para analisar a parte o aluno precisa entender o todo, e o “todo” se refere à luta e a participação dos de baixo.

Mas como, a partir do ensino de história, é possível resgatar a história vista “de baixo”? Não existe uma receita, porém as classes subalternas sempre foram excluídas da história, suas ações nos processos de luta sempre foram apagadas como se não tivessem importância para a história. O ensino de história é um espaço importante e fundamental para o resgate da história da classe trabalhadora, pois trabalha com a formação humana, trabalha com a formação da consciência histórica e isso determina as ações e intervenções do indivíduo na realidade aonde vive. Resgatar a história da classe trabalhadora é dar a ela um lugar que lhe é de direito, de protagonista dos processos histórico e o ensino de história vem de encontro com esta tarefa.

Entretanto, é importante assinalar que dentro das problemáticas na deficiência do ensino de história encontramos a construção, que vem de décadas, de um currículo e produção de materiais padronizados de acordo os interesses do estado. Conforme assinalam Mairon E. Valério e Renilson R. Ribeiro:

As narrativas históricas escolares, em grande parte guiada pelos manuais, recorriam a mitos de fundação, heróis nacionais e episódios épicos costurados de forma epopeica. A nação se tornava um organismo vivo com as metáforas biológicas do nas-cimento, crescimento, maturação e desenvolvimento evolutivo. No centro das preocupações estava a consolidação de uma identidade homogênea capaz de sufocar, restringir, marginalizar as diferenças. A nação deveria ser coesa e a educação histórica representou um ótimo caminho para a constituição dos súditos. (VALÉRIO; RIBEIRO, 2013, p.41.).

Estas narrativas configuram o ensino de história na sala de aula e por ser uma História fragmentada se torna mais “acessível” tanto ao professor quanto ao aluno. E é esta prática que é importante problematizar e mais, construir saídas para que o objetivo de fazer do ensino de história uma ferramenta de formação de indivíduos conscientes e críticos sejam de fato alcançados.

VI- O Ensino de História e os limites Encontrados na Sua Prática

Alvo de discussões, críticas e debates, como já apontado, o ensino de história na sala de aula encontra muitos limites que vai desde o desinteresse dos alunos até a precariedade de matérias.

Tratando do desinteresse dos alunos para com a disciplina de história e sua relevância para a vida, é fato que essa é uma observação constantemente feita pelo professor e mesmo pelos próprios estudantes - e inclusive fator observado durante os estágios - que julgam desnecessário aprender história. Para que aprender algo que já passou? Essa é a pergunta frequente na tentativa de justificar a resistência em aprender História.

É evidente que não podemos ignorar o resultado de um ensino planejado para corresponder as necessidades de reprodução do sistema capitalista em que vivemos, interessado mais em consagrar situações existentes ou formar elementos aptos a lidar com tecnologias já dada, sem nenhuma capacidade criadora, que não se preocupa com o necessário incentivo e estímulo a pesquisa nas áreas básicas. Por todas estas razões faz das Ciências Humanas o instrumento da reprodução ideológica do sistema. Daí a História oficial, o controle dos programas, a diminuição das aulas ao estritamente necessário, desdobramento da História em Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização social e Política do Brasil. Se das Ciências Exatas se espera a formação de profissionais destinados ao controle da produção, das Ciências Humanas se espera a formação de profissionais para a reprodução ideológica dos valores dominantes. (FENELON, 2008, P. 28/29.).

Quando o professor se depara com tal situação sua tarefa dobra, pois se faz necessário que ele pesquise formas e métodos de tornar a aula atrativa, desenvolvendo assim, o gosto do aluno pela disciplina, como ressaltam Sônia Maria Pastro e Diná Teresa Contiero:

A grande maioria de nossos estudantes não compreende a história que estudam e muito menos a sua finalidade. Talvez seja este um dos motivos do desinteresse dos estudantes de 1º. e 2º. graus pelo ensino de história. O que aumenta em muito a responsabilidade do professor em apontar aos alunos novos caminhos que visem criar o interesse pelo conhecimento e compreensão da história como um processo, pois é de nosso conhecimento que há um certo comprometimento da História oficial com certos interesses da classe dominante. (PASTRO; CONTIERO, 2002, pg.61)

Sabemos que a tarefa não é fácil, e que muitas vezes a rotina de trabalho do professor, que às vezes envolve mais do que uma escola, dificulta tal empenho.

O desinteresse do estudante acaba refletindo na elaboração das atividades propostas e na participação dos debates, e conseqüentemente, no próprio

desempenho do professor por não ter a resposta desejada no planejamento elaborado, principalmente quando este tem pouca experiência em sala de aula.

Outro limite que também interfere na elaboração e desenvolvimento de atividades é a escassez de materiais propícios para construir aulas que chamem a atenção e desperte o interesse do estudante, é fato que o professor deve também procurar outros meios, porém não dá pra negar que as escolas que, em geral, tem pouco material destinado há disciplina de história.

Além disso, as questões práticas de ausência de recursos para o trabalho didático, a carga horária excessiva para os professores e reduzida para a disciplina histórica, a falta de articulação de um Plano de Ensino, a questão da remuneração que obriga o professor a se desdobrar em um grande número de tarefas, reduzindo sua capacidade criadora de renovação, além da dificuldade de lidar com livros didáticos, são fatores que estão presentes em nossas reflexões. De qualquer maneira o que desejo reafirmar é o fato de que nossa luta por um tipo diferente de ensino estará sempre marcada e circunscrita por este quadro e se nos decidirmos a nos lançar a ela, isto significa, sobretudo, considerar que estes são os dados da realidade, estas são as condições objetivas com as quais teremos de lidar e é dentro dela que devemos delinear nossa tarefa. Basicamente estamos discutindo o que estamos fazendo com o ensino da História dentro de todas estas limitações. (FENELON, 2008, P. 29.).

Estas são dificuldades mais estruturantes, mas ainda existem outras que se relacionam mais com a formação dos alunos, expostas pelos próprios professores. Limites e dificuldades que dizem respeito a questão do ensino partindo da realidade do aluno, como fazer com que ele consiga perceber e relacionar as questões cotidianas com o passado, ou ainda como trabalhar e conceber o aluno como um sujeito histórico, contribuindo para que consiga olhar e pensar na sua própria história. Além destas, ainda há a preocupação em como contribuir para a construção de sujeitos críticos, capazes de analisar os processos e a partir disso interferir na sua realidade. São questões importantes e que talvez até pelo desinteresse do aluno, acabe se tornando um limite.

Falando mais especificamente da História vista de baixo no ensino de história, que vem de encontro exatamente com essas questões de formação de consciência e de sujeitos críticos, a dificuldade seja um pouco maior, pois a história oficial esta entranhada na prática em sala de aula e abrir os olhos para uma nova perspectiva, que pela pouca ênfase dada nos livros didáticos necessite que o professor e o aluno busquem outras fontes, significa também rever alguns conceitos e revirar o passado, construindo outras explicações.

De fato, dissociado da prática, o fazer História se torna abstrato e a História, enquanto disciplina, não faz mais do que reproduzir um conhecimento desarticulado, despolitizado, fragmentado, especializado, cada vez mais tomado como prática educativa destinada a desenvolver nos alunos o mito da “memória nacional”, com seus ritos e maniqueísmos de violões e heróis. (FENELON, 2008, P 26).

Para além da ausência ou da pouca importância dada para a História dos de baixo, nos deparamos também com o próprio despreparo e pouco (ou nenhum) empenho do professor ao preparar as aulas de forma que abordem a participação das classes subalternas nos processos históricos. Na maioria das vezes, pelo fato de exigir pesquisas e estudo o professor opta por abordar apenas o que já está dado no livro didático. A consequência disso sempre significou o esquecimento da História construída pela massa, o apagamento da memória da sociedade, o que não é sem propósito. Quando o professor tem abertura e certa autonomia para resgatar essa história, mas opta por não fazê-la, deixa de contribuir ainda mais com a formação do seu aluno, além de reforçar ainda mais o esquecimento das ações destas classes nas transformações que movimentam a História.

Para fazer tal afirmação parto das observações feitas durante os estágios, tanto no ensino fundamental, onde isso foi mais forte, quanto no ensino médio, aonde o professor até trazia algumas questões referentes ao tema, porém sem argumentos e sem embasamento, o que acabava não chamando a atenção dos alunos para o debate e para problematizações.

Nas observações no ensino fundamental a professora ministrava suas aulas com o auxílio do livro didático e também fazia outras pesquisas, porém essas pesquisas apenas traziam elementos para reafirmar o que o livro apontava. Em uma das aulas com a turma do 7º ano, o tema era sobre os muçulmanos, onde a mesma abordou as características culturais e religiosas e destacou a condição das mulheres muçulmanas, sugerido por uma aluna. Este último elemento, possibilitava fazer um bom debate sobre as condições das mulheres hoje e construir um olhar sobre a luta das mulheres dos movimentos sociais, trazendo a discussão para a realidade dos alunos. Porém a mesma optou por apenas destacar algumas poucas informações, não potencializando o debate e a percepção dos alunos sobre um tema tão atual.

E esta visão de uma História, sem derramamento de sangue, sem conflitos ou contradições extremadas, procurando sempre colocar a viabilidade do ideal de uma sociedade harmônica, com oportunidades iguais para todos, mascara as verdadeiras contradições do social e obscurece a própria noção

de processo histórico, formado de avanços e recuos, dependendo da correlação de forças em cada momento de sua constituição enquanto processo. Fico me perguntando, às vezes, se a História que estamos transmitindo não carrega, até com mais eficiência, os pressupostos que tanto criticamos na Educação Moral e Cívica. (FENELON, 2008, p. 32.).

É interessante perceber aqui que nesta questão da condição da mulher muçulmana, por exemplo, quando o professor não coloca para debate, corre o risco de ficar subentendido que isso é algo natural dos costumes daquele povo e que por isso não se pode discutir ou condenar. Como se está trabalhando com a construção da consciência, do olhar crítico, o cuidado com a percepção do aluno sobre questões tão pontuais e polêmicas na sociedade é fundamental.

Já no ensino médio, como já citado mais acima, o professor procurava destacar o papel do de baixo na história, porém demonstrava pouco conhecimento e embasamento. Nas aulas com o 2º ano o mesmo trabalhava sobre as greves gerais no Brasil destacando a greve dos metalúrgicos no ABC Paulista na década de 1970, tema que possibilitava um amplo debate sobre o papel da classe operaria no combate a ditadura e sobre o impacto que esta greve teve no período e para além dele. O professor utilizou um documentário “*peões*”, de Eduardo Coutinho, que embora tenha a figura de Luiz Inácio Lula da Silva como figura central, sendo o líder sindical no período, o vídeo abria espaço para construir o debate em torno da participação dos trabalhadores das fábricas na organização e na participação da greve, além de discutir o que estava em jogo no momento e quais foram as conquistas ou consequências desta ação. Porém o professor não abriu debate, apenas encaminhou um trabalho aos alunos tendo como base o documentário.

A discussão sobre uma greve que tinha como pauta os direitos trabalhistas, que aconteceu há décadas atrás abria espaço para analisar e comparar com o período que o Brasil está vivendo agora e que coincidia, inclusive, com greves gerais convocadas para o mês de maio deste ano. O professor não conseguiu fomentar o debate e não conseguiu construir com os alunos essa leitura da realidade através de um fato ocorrido no passado.

Existe a falta de preparo e formação do professor, os limites e dificuldades do cotidiano e do ofício, mas também existe a falta de interesse para pesquisar e se apropriar de outros materiais, buscar outros conhecimentos.

Mas não podemos generalizar. Existem muitos profissionais de história que se preocupam com a formação dos seus alunos, que se debruçam sobre a missão de

construir sujeitos preparados para lidar com a realidade e para debater questões da sociedade, e estes profissionais que buscam instruir seus alunos, trabalhando de forma a pôr em discussão a construção de uma história oficialmente correta em prol de interesses da elite merecem todas as ressalvas.

Ligado diretamente com a formação da identidade, formação de consciência e conhecimento histórico do indivíduo, o ensino de história sempre foi ponto de muitas discussões e debates em torno das questões políticas, sociais e ideológicas que o envolvem. Muitas vezes se tornou um espaço de disputa de ideais com o governo controlando de um lado e o usando como forma de legitimar suas ideias e ponto de vista e do outro, aqueles que defendem uma educação emancipadora, discutindo o ensino de história como uma ferramenta importante de formação humana. E para avançarmos nestas questões é necessário romper com velhas estruturas de ensino. Segundo Déa Ribeiro Fenelon:

Não tenho dúvida de que para fazer avançar qualquer proposta concreta como professores de História ou formadores de profissionais de História temos de assumir a responsabilidade social e política com o momento vivido. Para isso seria necessário, antes de mais nada, romper com uma maneira tradicional de conceber conhecimento, sua produção e sua transmissão. Isto significa, para mim, em primeiro lugar, o posicionamento no presente para sermos coerentes com a postura de “sujeitos da História”. Se quisermos avançar nesta perspectiva temos de nos considerar como “produtores” nesta sociedade que queremos democrática e não como simples repetidores e reprodutores de concepções ultrapassadas. (FENELON, 2008, p. 23/24.).

A necessidade de resgatar a história dos de baixo, retratando através do ensino de História a participação das classes subalternas nos processos históricos sempre se fez presente, porém nunca foi do interesse dos governantes e da elite que o acesso a tal conhecimento estivesse disponível, pois significava também o empoderamento da massa o que colocaria em perigo a ordem estabelecida. Dessa forma se construiu uma tradição dentro do ensino de história que privilegia a história dos heróis patriotas e das elites dirigentes.

CONCLUSÃO

Ao pensarmos a educação brasileira nos dias atuais e discutirmos meios de elaborar uma educação que construa sujeitos críticos sabemos que temos como desafio romper com uma educação voltada unicamente para a preparação e profissionalização do jovem para enfrentar a corrida na busca por trabalho. Não se busca ensinar e preparar os jovens para saber "ler" o mundo e interpretá-lo. Assim é o currículo do ensino de história. Ensinamos e aprendemos história para sabermos que grandes homens foram importante para determinados período histórico, por determinado feito, ou para entendermos que existe uma ordem já estabelecida na sociedade e que se deve obedecer esta ordem pela bem geral.

Ao resgatar o protagonismo dos "de baixo" na história e reconhecê-los como sujeitos da sua própria história, se coloca também em debate o ensino desta nas escolas, se contesta o ensino de uma história oficial criada para exaltar heróis, assegurar a ordem e legitimar o poder das elites. O desafio está posto: como, através do ensino de história, se pode resgatar a história "dos de baixo". Os limites para tal tarefa, nos dias atuais são muitos; desde o currículo de história até o livro didático, controlado pelo estado, porém muito se tem feito na construção de uma educação libertadora e de fato formativa.

A partir dos estudos, pesquisas e observações em torno do ensino de história, é possível perceber a necessidade de se construir outras formas de conhecimento, buscando outro olhar sobre a história, conhecendo e dialogando com outros pontos de vista e outras perspectivas. Os novos tempos exigem novas análises, e para isso, novas abordagens que possibilitem ampliar o olhar dos alunos frente as questões sociais, políticas, econômicas, culturais, etc. Formar sujeitos críticos, capazes de interferir na realidade exige do professor empenho, formação e dedicação. Olhando para a disciplina de história e para sua prática em sala de aula, o papel do professor é de apresentar os períodos históricos, dar base teórica sobre a história das sociedades e a partir disso construir com o aluno formas de análises críticas e debates para que este tenha dimensão de qual será seu papel na sociedade e como intervir na sua realidade.

Conhecer a História e os sujeitos que a constroem significa olhar para o passado e reconhecer a participação da massa, das pessoas comuns, dos movimentos operários, sindicais e camponeses, da mulher, dos negros e indígenas,

etc. nos processos que caracterizaram cada século. Significa resgatar a história dos de baixo, desconstruindo uma hegemonia histórica da elite, deslegitimando verdades históricas construídas com a finalidade de manter o poder e definir a ordem das coisas na sociedade. Não é simplesmente resgatar uma história para contrapor outra, mas sim o que vai significar para a classe trabalhadora ter acesso a uma história que legitime o poder das massas, e que coloque em “xeque” as “verdades absolutas” das elites.

Sabemos das necessidades e dos passos que precisamos seguir para construir uma educação emancipadora, porém temos imensos limites no campo do ensino e mais especificamente no que diz respeito ao ensino de história. E apesar de todos eles: livro didático, desinteresse do aluno, pouco empenho ou tempo do próprio professor, currículo de história, etc. a deficiência na formação e o despreparo do professor é, sem dúvidas, um ponto a ser olhado com bastante atenção também, pois impossibilita ainda mais o avanço dos limites mais estruturais. Entretanto, não é cabível colocar tais limites apenas para o professor e a escola, pois o estado também precisa, essencialmente, se preocupar com essas questões fundamentais e trabalhar em conjunto com estes para que haja um avanço e que o ensino de história realmente se transforme em um espaço que forme sujeitos críticos, que sejam capazes de ler, interpretar e intervir na sua realidade.

Este trabalho tinha como objetivo discutir essas questões acima pontuadas e mais, problematizar a necessidade de construir um ensino de história que viesse de encontro com as necessidades da classe trabalhadora, o que significa desconstruir uma história que predomina há séculos e que está entranhada no sistema de ensino e na própria formação dos docentes da área e fornecer uma nova abordagem que possibilitasse ao professor trabalhar a construção do senso analítico e crítico do seu aluno para que este estivesse devidamente preparado para formar seu próprio ponto de vista e argumentos sobre as coisas do mundo que o cerca. Os problemas levantados no presente trabalho, bem como as discussões em torno da história vista de baixo como uma nova perspectiva para o ensino de história não é um ponto que se encerra. É fundamental que estes elementos sejam pautados para que possamos continuar avançando na construção de uma nova proposta de ensino que seja condizente com a realidade dos nossos alunos e alunas.

REFERÊNCIAS

BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA, Myrian Brecho. **História das Cavernas ao terceiro Milênio: Da Conquista da América ao Século XXI**. São Paulo: Editora Moderna. 2º Ed, 2010.

FENELON, D. R. A Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino. **Tempos Históricos**, volume 12, 1º semestre 2008, p. 23-35.

HOBBSAWN, Eric J. A História dos de Baixo, in. _____ **Sobre história** / Eric Hobsbawn; tradução Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MAC CORD, M. E. P. Thompson, A Historiografia Brasileira e a Valorização das Experiências dos Trabalhadores. **Trabalho Necessário** www.uff.br/trabalhonecessario; Ano 12. Nº 18/2014

MATHIAS, C. L. K. O Ensino de História no Brasil: Contextualização e Abordagem Historiográfica. **Unisinos**. Vol. 15 Nº 1. Janeiro/Abril de 2011.

PASTRO, S. M. G; CONTIERO, D. T. uma Análise Sobre o Ensino de História e o Livro Didático. **História&Ensino**, Londrina, V. 8, Ed. Especial, p. 59/66. Out. 2002.

RUDÈ, George. Introdução: O Assunto e seus Problemas, in. _____ **A Multidão na História: Estudo dos Movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730/1848**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: campus, 1991.

SHARPE, J. A História Vista de Baixo, in. _____ **A Escrita da História: Novas Perspectivas**./ Peter Burke (org.) tradução de Magda Lopes – São Paulo: editora da universidade Estadual Paulista, 1992.

VAINFAS, R. História Cultural e Historiografia Brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

.VALÈRIO, M. E.; RIBEIRO, R. R. Para que serve a História Ensinada? A Guerra de Narrativas, a celebração das Identidades e a Morte da Política. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 6, n. 3, dez., 2013.

VAINFAS, Ronaldo, et.al. **História: Volume Único**/ Ronaldo Vainfas [et.al]- São Paulo: Saraiva, 2010.